

---

# A CRIATIVIDADE E A CULTURA

---

## COMO ELEMENTOS

---

## DO DESENVOLVIMENTO

---

## URBANO\*

---

---

Fabiane Frois B. Weiler

*Resumo: as cidades são o retrato da eclosão das expressões dos processos de acumulação, consumo, circulação e produção de bens somados a interação de indivíduos, socialmente representados em classes. Em geral, a partir dos adjetivos e suas derivações se constrói uma cidade que se articula por meio de seus atores em construir-se viável localmente. Nessa perspectiva, este ensaio visa analisar, sucintamente, as relações entre desenvolvimento urbano e economia criativa. Para tal, metodologicamente, vale-se de uma revisão bibliográfica acerca dos conceitos fundamentais do desenvolvimento urbano e economia criativa e repercussões dessa relação. Nessa linha, pensa-se que a cidade quando emprega a criatividade como adjetivo deve ser concebida numa lógica do espaço construído para atender as particularidades do território. E, não para a lógica da competição e padronização do território pensada para a competição global. O propósito da cultura e da criatividade deve romper com a dependência no contexto do desenvolvimento, especialmente, no que tange ao modo e processo como a cidade e sua urbanização se constituem e consolidam.*

Palavras-chave: *Desenvolvimento Urbano. Economia Criativa e Cultura.*

### CREATIVITY AND CULTURE AS ELEMENTS OF URBAN DEVELOPMENT

*Abstract: cities are the picture of the outbreak of expressions of the processes of accumulation, consumption, circulation and production of goods plus the interaction of individuals, socially represented in classes. In general, from the adjectives and their derivations a city is constructed that articulates through its actors in constructing itself locally viable. From this perspective, this essay aims to analyze, briefly, the relations between urban development and creative economy. For this, methodologically, it is worth of a bibliographical revision about the fundamental concepts of the urban development and creative economy and repercussions of this relation. In this line, it is thought that the city when it uses creativity as an adjec-*

*tive must be conceived in a logic of space built to meet the particularities of the territory. And, not for the logic of competition and standardization of territory designed for global competition. The purpose of culture and creativity must break with dependence in the context of development, especially as regards the way and process as the city and its urbanization are constituted and consolidated.*

Keywords: *Urban Development. Creative Economy and Culture.*

## LA CREATIVIDAD Y LA CULTURA COMO ELEMENTOS DEL DESARROLLO URBANO

Resumen: *las ciudades son el retrato de la eclosión de las expresiones de los procesos de acumulación, consumo, circulación y producción de bienes sumados a la interacción de individuos, socialmente representados en clases. En general, a partir de los adjetivos y sus derivaciones se construye una ciudad que se articula por medio de sus actores en construirse viable localmente. En esta perspectiva, este ensayo pretende analizar, sucintamente, las relaciones entre desarrollo urbano y economía creativa. Para ello, metodológicamente, se vale de una revisión bibliográfica acerca de los conceptos fundamentales del desarrollo urbano y economía creativa y repercusiones de esa relación. En esa línea, se piensa que la ciudad cuando emplea la creatividad como adjetivo debe ser concebida en una lógica del espacio construido para atender las particularidades del territorio. Y, no para la lógica de la competición y estandarización del territorio pensada para la competición global. El propósito de la cultura y la creatividad debe romper con la dependencia en el contexto del desarrollo, especialmente en lo que se refiere al modo y proceso como la ciudad y su urbanización se constituyen y consolidan.*

Palabras clave: *Desarrollo urbano. Economía Creativa y cultura.*

A cidade é dínamo, processo, trânsito de mudanças, de si mesma e de pessoas. Borja (2010) expressa adequadamente a reflexão anterior quando refere que a cidade renasce também, politicamente, da confrontação de valores e de interesses, da formação de projetos coletivos e de hegemônias. A cidade é reflexo de como se pensa o futuro e como se atua para realizá-lo.

Historicamente, a cidade – espaço urbano do território representou o processo contínuo de urbanização, de formação dos grupos sociais e, principalmente, o ambiente de consolidação dos fluxos econômicos promovendo-se território político de grande importância em função da complexidade e intensidade das interações dos diferentes agrupamentos sociais. Nesse *locus*, que o capital ao longo do tempo reinventa-se para sua manutenção.

Por isso, quando Carlos (2007, p. 20) escreve que a cidade é “construção humana, produto histórico-social, contexto no qual a cidade aparece como trabalho materializado, acumulado ao longo de uma série de gerações, a partir da relação da sociedade com a natureza” demonstra-se a atemporalidade do espaço urbano, que por meio dos seus diferentes agentes, apropria-se da produção simbólica para dar sentido cultural a materialidade dos objetos que a cercam.

Assim, quando se pensa o desenvolvimento urbano é possível uma revisão vasta e ampla nos sentidos, significados e transformações que ocorreram ao longo dos séculos e que configuraram as relações sociais, o espaço urbano e as condições de vida nas cidades. Os desafios que se apresentaram a população em diferentes momentos históricos evidenciam essa reflexão, desde a superação de epidemias que dizimaram habitantes à construção de cidades modernas.

Contemporaneamente, a dinâmica territorial é representada pela fragmentação e individualismo com ênfase no lugar. A flexibilidade apoiada nos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo marcam o século XX com a flexibilidade e mobilidade do capital e mão-de-obra (HARVEY, 2001).

A descentralização da produção por meio dos modelos de acumulação da economia de mercado levou as coletividades locais a repensarem suas estruturas urbanas. Pochmann (2012) pondera que atualmente, a cidade, independente da escala (pequena, média e metrópole) enfrenta desafios como a reconstrução do espaço urbano como lugar público da democracia e da cidadania, na formulação de conhecimento e criação cultural, na discussão sobre vocação da produção industrial, e reafirmação de suas especificidades no cenário político-econômico nacional.

Alguns trabalhos recentes sobre o desenvolvimento urbano permitem um diagnóstico importante sobre aspectos referentes ao crescimento urbano desordenado, aos impactos do mercado imobiliário, a falta de planejamento urbano na maioria das cidades. Mais preocupante é que estas questões são pensadas e articuladas sob a perspectiva do capital, o que pode ser visualizado com a desregulação, privatização e liberalização nas diferentes políticas urbanas.

Ascher (2010) refere que a gestão estratégica das cidades tem no poder local, a função básica e domínio de negociações entre público e privado. O objetivo é impedir o declínio do desenho urbanístico e econômico das cidades mantendo-as atraídas aos investimentos somando-se ainda, novos perfis baseados no conhecimento e na tecnologia e informação.

Contrariamente, surgem movimentos de oposição à projetos pensados sob a perspectiva economicista, os quais podem ser evidenciados pelos movimentos sociais que requerem a cidade para as pessoas e não para o mercado. Sob esse pensamento, políticas públicas são formuladas, integrando a inclusão social, sustentabilidade, inovação e diversidade cultural.

Desse modo, o modelo de território busca uma configuração daquelas condições das cidades em declínio industrial, que investem em melhoria do cenário de vida como espaços verdes, espaços públicos e sobretudo vida cultural para atrair classes e empresas que agreguem alto valor econômico. (VIVAN, 2012).

Toda a ebulição das dinâmicas políticas, sociais e econômicas refletem-se no território numa forma ampla e complexa. Desse modo, as cidades também representam a eclosão das expressões dos processos de acumulação, consumo, circulação e produção de bens somados a interação de indivíduos, socialmente representados em classes.

Este ensaio visa analisar relações entre desenvolvimento urbano e a economia criativa sob o viés da incorporação da criatividade e da cultura como adjetivação à cidade popularizado também com a terminologia de “cidades criativas”. Este ensaio tem como objetivo elaborar uma taxonomia entre os conceitos de desenvolvimento urbano e economia criativa, as relações estabelecidas a partir desses conceitos e como se incorporam no espaço urbano. Para tal, metodologicamente, vale-se de uma revisão bibliográfica acerca dos conceitos fundamentais do desenvolvimento urbano e da economia criativa.

O trabalho está organizado nesta primeira parte, a introdução, a segunda unidade tece uma revisão sobre principais aspectos teóricos para a compreensão do desenvolvimento urbano, a terceira unidade elabora uma reflexão sobre economia criativa e a cidade e como, a partir dessa relação integra-se ao desenvolvimento urbano, por fim, a última unidade, as considerações finais e referências bibliográficas.

## FUNDAMENTOS TEÓRICOS SOBRE DESENVOLVIMENTO URBANO

Ao discutir sobre o desenvolvimento urbano, a cidade é o primeiro eixo na construção de uma matriz conceitual entre o urbanismo e urbanização.

Com isso o propósito inicial é entender a perspectiva do que é conceito. Tal compreensão fundamenta-se no trabalho de Lencioni (2008, p. 110) que descreve “todo conceito serve para se compreender a essência dos objetos, dos fenômenos, das leis (...)”.

A autora elabora um conjunto de observações com vistas a alertar que há uma infraestrutura na construção de conceitos. Quando se constrói o conceito, este é um exercício do pensamento sobre o real, não há uma relação de dependência entre a existência de um objeto e a existência de um conceito acerca desse objeto. Uma segunda observação refere que o conceito é uma forma de reflexo dos objetos, pois é um reflexo do real. Nessa sequência, a autora explica, que os conceitos são ao mesmo tempo uma generalização do real. O conceito existe em movimento, pois se modifica, se altera e renova, por isso as razões pelas quais, o uso de alguns autores pelo termo ‘noção’ que indica sua fluidez. O conceito se encontra sempre em nexos e numa relação causal.

Assim é possível conceber que a cidade transcende o sentido semântico, pois é registro de derivações, com outros sentidos, assim como, urbano também como uma substantivação do adjetivo.

Lencioni (2008, p.114) diz que “tanto a cidade, como objeto, como urbano, como fenômeno, se situam no âmbito das reflexões sobre o espaço e a sociedade, pois são produtos dessa relação”. Há um processo dialético presente que confere dois aspectos de duplo sentido como *Lefebvre* (2001) argumenta. Podem ser demonstrados como, industrialização e urbanização, crescimento e desenvolvimento, produção econômica e vida social, as consequências também são conflitantes, pois a realidade urbana e a realidade industrial apresentam um choque historicamente representados na sociedade.

A própria cidade é uma obra, e esta característica contrasta com a orientação irreversível na direção do dinheiro, na direção do comércio, na direção das trocas, na direção dos produtos. Com efeito, a obra é valor de uso e o produto é valor de troca. O uso principal da cidade, isto é, das ruas e das praças, dos edifícios e dos monumentos, é a Festa (que consome improdutivamente, sem nenhuma outra vantagem além do prazer e do prestígio, enormes riquezas em objetos e em dinheiro) (LEFEBVRE, 2001, p. 4).

Concorda-se com a perspectiva de *Lefebvre* (2001), pois há uma crise da cidade, que pode ser entendida como crise teórica e prática. Pois, o conceito de cidade é o de realidade urbana, percebidos como fatos, representações e imagens emprestadas à cidade antiga em transformação e elaboração. Sob o ângulo da prática, o núcleo urbano não desaparece.

A cidade é um conjunto de concentração e diversidade de objetos geográficos que favorece e acomoda grandes contingentes populacionais em distância mínima e atua como estimuladora de relações societárias (OLIVA, 2003).

Porém, como pode a palavra cidade não sofrer mutação quando é objeto tão diverso e em constante mutação. Lencioni (2008) chama Norberto Elias para explicar que na maior parte das vezes não foi possível expressar o movimento e as mudanças contínuas. Mas, acrescentam-se adjetivos, como; cidade satélite, cidade horizontal, cidade moderna, cidade administrativa, entre outros, de modo que, com estas adjetivações se discuta as características, transformações, funções e partes.

Por ser um produto social, em que se insere nas relações do homem com o meio, independente da variação espacial e temporal, há uma ideia comum, a de aglomeração, mas Lencioni (2008) com base em *Ratzel* explica que é aglomeração durável chamando a ideia de sedentarização. Outro aspecto importante que a autora chama a atenção é com a aglomeração sedentária, por conter população voltada para o campo, não há comprometimento do sentido de cidade, que pode estar presente no aglomerado.

Outros aspectos importantes observados pela autora, se referem ao tamanho da população, que é um critério insuficiente para a conceituação de cidade, além de que, se mostra fundamental analisar tal conceito, sob a perspectiva do processo histórico, como bem analisa, em se tratando das cidades brasileiras.

A urbanização que é um adjetivo da concepção – cidade – de acordo com a construção teórica do que é conceito para Lencioni (2008) inicia com o conceito de urbano. Essa premissa para compreender a cidade origina-se em *Lefebvre* (1999), o qual comenta que se propuseram diferentes denominações para a sociedade com o objetivo de caracterizar a realidade e as tendências vividas. A sociedade pós-industrial, por exemplo comporta aquela que nasce da industrialização e a sucede.

Da mesma forma, a sociedade urbana que designa fato consumado, tendência, orientação e virtualidade. Situa o urbano no âmbito da industrialização, mas não que seja subproduto da industrialização. Lencioni (2008) comenta que o reducionismo sobre o urbano deve ser superado, pois isso pode restringir as dimensões do urbano, que é visto como um lugar de enfrentamento e de confrontações e uma unidade de contradições.

Mantendo-se a referência em *Léfèbvre* e *Castells*, a essência do fenômeno urbano reside na ideia de capital. Portanto, nessa referência não há nenhum equívoco em se conceituar o urbano em relação à indústria e ao capital, mas advertimos, há um grande equívoco se não se procurar desvendar as particularidades históricas dessa relação, por assim dizer, da relação entre urbano e capital (LENCIONI, 2008, p. 119).

A autora compreende que quando se constitui a sociedade pós-industrial é possível falar em urbano no Brasil. Desse modo, entende-se que o conceito de urbano se relaciona a um processo histórico.

*Castells* (2000) pondera alguns critérios com base em observações históricas como: a) urbanização refere-se a constituição de formas espaciais específicas das sociedades humanas, caracterizadas pela concentração significativa das atividades e das populações num espaço restrito; b) a noção de urbano que é antônimo de rural, se integra a uma dicotomia ideológica entre sociedade tradicional/sociedade moderna, e refere-se a uma

certa heterogeneidade social e funcional; c) a produção social do espaço percebida como uma proporção da população concentra-se sobre certo espaço e constituem aglomerados funcionais e socialmente interdependentes compondo uma relação de articulação hierarquizada (rede urbana).

Há uma compreensão de que a cidade é condição espacial da realização dos valores libertários modernos e da configuração dos direitos do homem podendo produzir estimulação cultural e conhecimento (OLIVA, 2003)

Nas palavras de Lefebvre (1999) o urbano define-se como horizonte ou como virtualidade iluminadora. Pois, há uma fase crítica, que mostra uma crise profunda evidenciados pela confrontação entre argumentos a favor e contra a rua, a favor e contra o monumento, enfim há uma dialética contínua que expõe forças que se contradizem mutuamente.

O trabalho de Trindade Jr (1998) refere que o espaço não é apenas produto das relações sociais, pois o espaço se exterioriza através das formas espaciais, são elementos que têm existência própria a partir das relações que são atribuídas a esses objetos distribuídos no território. Logo, ao pensar o urbano, toma papel importante, as redes, que representam não só uma forma de mobilização, como também uma estratégia de organização e de ação, que dá forma ao urbano.

[...] o território pressupõe a correlação de forças entre agentes diferenciados, no qual o espaço exerce uma mediação. Há, portanto, uma tríade a ser considerada, conforme indica RAFFESTIN (1993): agente-espaço-agente. A simples relação agente-espaço, se pudéssemos abstrair uma relação isolada desse tipo, não define a priori uma territorialidade, mas simplesmente uma espacialidade, ou seja, a dimensão espacial do conteúdo social (TRINDADE JR, 1998, p. 35).

A cidade - equivale a um mosaico - composta de fragmentos, em que a (re) estruturação espacial é concebida pelos agentes hegemônicos que produzem socialmente o espaço, simultaneamente, outros agentes concorrem para estabelecer forças e redes de ação com o objetivo de apropriação e controle do espaço (TRINDADE JR, 1998).

O conteúdo simbólico e a identidade cultural são elementos constitutivos da cidade que se constrói sob essas dimensões. É no recorte do espaço urbano que se localizam as estratégias de estabelecimentos de ações de diferentes atores, os quais com maior ou menor intensidade posicionam-se com vistas a alterar a configuração do território a favor de suas atividades. Nesse sentido, a cultura e a criatividade representam os elementos de agentes econômicos e sociais dispostos a apropriar-se do território com propósito produtivo sob diferentes perspectivas econômicas.

## A ECONOMIA CRIATIVA E O DESENVOLVIMENTO URBANO

A vida das cidades apresenta amplas transformações, as quais se mostram múltiplas e num ritmo disperso e diverso. Em grande medida a influência da globalização econômica e cultural, a revolução tecnológica, dos sistemas de informação e de comunicação abrem novas opções em diferentes dimensões (SEIXAS, 2013).

Em especial, a dimensão espacial tomada por um cotidiano enriquecido por meio da informação e da comunicação que alcançam diferentes aspectos da vida social. Sob



a mesma interpretação, a reflexão de Seixas (2013) inspirado no pensamento de *Touraine* (2005) narra que a atualidade convive com a emergência de paradigmas, que ora fundamentados na dimensão econômica e social, na atualidade enfraquecidos, ora sob a esfera política ora religiosa. Naturalmente, a dimensão ancorada na cultura se fortalece tornando-se referência pragmática do mundo como refere Santos (1999). Desse modo, novos atores e conflitos surgem e viabilizam novas representações da coletividade.

Seixas (2013, p. 64) alega

[...] pelo exponencial de uma condição urbana da própria natureza humana: se já o eram em grande medida, as cidades mostram agora ser, definitivamente, os alicerces mais simbólicos e cognitivos de cada cultura, de cada sociedade, de cada ambiente econômico.

A cidade contemporânea tem sua transitoriedade e transformação na desorientação. Esta se evidencia pela mutação morfológica e espacial, política, social e cultural. Exemplo disso, é o sentido de cosmopolitismo e espaços de influência social que não são de caráter político e burguês, mas que se ligam as vanguardas informativas, financeiras ou criativas (SEIXAS, 2013).

Estende-se ainda para as propostas de recriação e revitalização urbana sustentadas nos conceitos de criatividade e suas variantes discursivas como: cidade criativa e bairros criativos consolidadas por meio de projetos e políticas públicas apoiadas por meio do Projeto Rede Cidades Criativas da Unesco e a implementação de políticas públicas do Governo Federal na esfera do Ministério da Cultura que alcançam diferentes dimensões no território brasileiro.

Estas variantes ancoradas na economia criativa originam-se na novidade que ganhou visibilidade e acolhimento por instituições multilaterais e por outros países proveniente do mundo anglofônico, denominada economia criativa. Desde os anos 90, o Governo Britânico e Australiano acionaram um conjunto específico de políticas voltadas para ampliar atividades culturais passando denomina-las de “*creative industries*”. A correspondência terminológica não corresponde a tradução literal, nesse caso, em português corresponde ao setor criativo (MIGUEZ, 2009).

Em finais dos anos 80, o Governo Britânico deparou-se com uma dinâmica econômica restrita, em função do contexto econômico acompanhado de uma fase que representava o fim da centralidade da manufatura. Assim, dada as necessidades locais, uma nova agenda de desenvolvimento econômico requeria um ambiente amigável para os negócios e os talentos/habilidades locais. Logo, após as eleições de 1987, as áreas metropolitanas passaram a transformar a visão do futuro, a partir de uma agenda de trabalho para suas cidades, a qual pautava o desenvolvimento econômico local centralizado na cultura como recurso econômico potencial para o centro de decisão política (O’CONNOR, 2010).

Nesse sentido, artes e política cultural passou a integrar uma visão geral estratégica da cidade. Demandando novas ferramentas analíticas e conhecimento de fora das artes tradicionais para o *policy making*. Novos profissionais foram necessários para elaborar esse conhecimento dentro do domínio político local, solicitados pela própria comunidade local de consultores culturais. A partir desse campo emergente que o *New Labor* come-

çou a formatar políticas para a indústria criativa. Esta geração de visão política cultural respondeu pelas transformações de longo alcance na economia e na paisagem cultural urbana britânica (O'CONNOR, 2010).

Assim, tornou-se consenso na literatura vigente, que a economia criativa representasse uma ampliação da economia da cultura, pois entende-se que a economia criativa reúne setores, práticas e dinâmicas socioeconômicas que, a rigor são oriundas do campo da economia da cultura. O quadro abaixo apresenta a taxonomia entre ambas.

Quadro1: Taxonomia de economia da cultura e economia criativa

Economia da Cultura	Compreendida como o estudo do conjunto de bens e valores derivados da produção artística que ingressam em um mercado com enfoque nas dimensões produtivas reais e de valor simbólico. (THROSBY, 2001)
Economia Criativa	Está associada a setores econômicos com alto potencial de geração de emprego, renda e ganhos de exportação a partir da interseção entre conhecimento, diversidade cultural, propriedade intelectual e novas tecnologias de informação e comunicação (TIC's). (PNUD, 2013)

Nota: elaboração com base em dados dos autores.

Logo, é possível entender que a noção de economia criativa é ampla porque não abarca somente bens e serviços culturais, mas também reconhece atividades e processos culturais como núcleo de uma nova economia, que também se ocupa de manifestações criativas que não seriam contempladas como culturais (UNESCO, 2014).

Nessa linha, iniciou-se um processo de disseminação do modelo anglofônico para diversos países com diferentes contextos socioeconômicos em termos de desenvolvimento com vistas a estimular a perspectiva da economia criativa a partir de setores de atividades e comunidade de profissionais envolvidos nesse entorno das indústrias culturais e criativas tendo como aspecto fulcral a criatividade e a inovação. Ou seja, adentra-se o século XXI com novos entornos de inovação que têm como propositura a inteligência tecnológica e as cidades criativas como principais expoentes da economia criativa (SEIXAS, 2013).

Então, a emergência da temática da economia criativa se disseminou em diferentes categorias. Em termos de desenvolvimento urbano, o conceito de cidade criativa tem se disseminado em diferentes territórios, numa perspectiva global apoiada por decisões e ações políticas no âmbito multilateral.

Landry (2011) pioneiro na concepção de cidade criativa compreende uma abordagem não-singular. Pois, ao partir da premissa da criatividade o arcabouço que a define se torna amplo, uma vez que não se restringe somente aos atores envolvidos a criatividade como artistas e as artes, contudo tenham papel importante, ou seja, a classes e setores diretamente relacionados a criatividade. Está ligada a atores diversos como administradores públicos, engenheiros, cientistas e outros que se norteiam por uma concepção de vida pautados pelos recursos criados pela economia criativa.



A internalização da cultura na cidade permitindo tornar-se como lugar que estimula e incorpora uma cultura de criatividade na atitude e modo como os *stakeholders* do ambiente urbano atuam (LANDRY, 2011). Basicamente o setor criativo e cultural e os respectivos bens dela oriundos possibilitariam uma magia reconstrutiva de fábricas e armazéns perdidos. Serviriam como base para uma nova base urbana inclusive tornando a cidade mais atrativa para a mobilidade do capital e profissional. *Hall (2000)* diria que todas as cidades viveram transformações inovadoras por meio da criatividade e da cultura, sejam como no caso do comércio para Atenas assim como Florença e Londres, essencialmente cidades das artes e *design*.

Logo, por mais que a globalização tenha um papel catalizador e que contribuiu para a consolidação de algumas cidades por meio da disseminação cultural desses espaços enfatiza-se o pensamento de Reis (2011) ao expor que o lugar ocupa a centralidade do espaço. Essa centralidade emerge como espaço global se atender, basicamente, a lógica dos fluxos do capital produtivo e financeiro. Ou seja, a força do lugar em termos de sua capacidade de estrutura para fomentar a mobilidade em múltiplas esferas, desde acesso a mercados diversos, fragmentação de cadeias produtivas que viabilizam a dispersão das tecnologias de informação e de comunicação que viabilizam e intensificam esses processos, e, portanto, dinamizando a ampliação da economia criativa.

A Austrália foi um dos primeiros países a cunhar a expressão *Nation Criative* em 1994 em função do receio de que as tecnologias de informação e comunicações pusessem em risco a singularidade da cultura australiana, ao mesmo tempo, vislumbrava a globalização como forma de fortalecer e reposicionar o país no quadro mundial por meio da economia criativa.

Sob esta abordagem, a cidade criativa pode ser vista como uma concepção do global para o regional, inicialmente permeada nas cidades das economias desenvolvidas, que posteriormente formaliza-se e dimensiona-se nas diferentes cidades da América Latina tendo como exemplo: as cidades do México, Medellín, Buenos Aires na Argentina e São Paulo no Brasil.

A questão é que tal conceito não pode ser padronizado frente às desigualdades, principalmente, às particularidades regionais na escala brasileira de território, por exemplo.

A cidade criativa precisa de um ambiente físico diverso, o qual promova a sociabilidade, o intercâmbio e a mistura para maximizar seu potencial. Dessa forma, ela se torna um acelerador de oportunidades. (LANDRY, 2013)

*Landry (2013)* comenta que no final dos anos 80 as velhas estruturas das cidades se viam destruídas em nome da renovação urbana, conseqüentemente a característica local estava decaindo e se desgastando. Por isso, o autor ressalta que para promover a criatividade o olhar deve ser mais amplo. Como ver a história de lugares e sua cultura e como se incorporam na criatividade nas habilidades dos indivíduos.

[...] a cidade criativa é respeitada e confiável e reconhece seu papel vital na identificação contínua de novas oportunidades. Promove a coesão, é relativamente aberta a forasteiros e a ideias novas e desconfortáveis. Os índices de criminalidade são em geral baixos, no local há segurança e os padrões de vida são relativamente altos. O local criativo está socialmente alerta e procura evitar isolar sua população mais pobre. As organizações sociais são ativas, bem fundamentadas e construtivas (LANDRY, 2013, p. 47).

É premente compreender que a cidade adjetivada de criativa é uma construção dinâmica, não se encontra estancada e permanece num conceito. É caracterizada na ebulição constante das transformações de âmbito global.

Nessa linha importante referir a elaboração de Landry (2013) sobre o “índice da cidade criativa” que direciona dez domínios que apresentam grande quantidade de perguntas de avaliação e grupos de indicadores. Tais domínios são: Estrutura política e pública; característica distintiva, diversificada, vitalidade e expressão; Franqueza, tolerância e acessibilidade; Empreendedorismo, exploração e inovação; Agilidade estratégica, liderança e visão; Desenvolvimento de talentos e panorama da aprendizagem; comunicação, conectividade e integração; local e preparação do local; qualidade de vida e bem-estar; profissionalismo e eficácia.

Essa adjetivação ao conceito de cidade como “cidade criativa” representa uma representação da inovação, que tem face social e espacial, tanto na dimensão pública e privada representada por iniciativas de restauração na ordem do planejamento urbano adequando a dimensão cultural do lugar. Evidente que essas iniciativas favorecem a mercantilização da imagem do território com vistas a atender demandas produtivas e financeiras. Contudo, representam a ampliação dos agentes no território quando o entorno dessas iniciativas favorece a coletividades locais.

As cidades são construídas para sua capacidade de processar o conhecimento e manipular símbolos. Esses diferentes fluxos geram uma corrente de reformas e transformações nas cidades onde apresenta-se um quadro de espaço público ‘estruturado’ coloca-se o projeto urbano como um planejamento democrático pautado na estética contemporânea podendo suprir as bases para uma nova visão urbana como exemplo, Barcelona e Montpellier. Necessita-se enfatizar que as indústrias culturais e criativas são parte dessa coalizão urbana.

O corpo da cidade é representado por seus sítios, ou seja, o espaço urbano entendido nas suas múltiplas escalas – essencialmente físicas. A personificação da vida na cidade é representada por suas redes ou fluxos, que corresponde as redes de mobilidade, redes sociais e ecossistemas naturais. A alma da cidade seria seu espírito cosmopolita, sustenta a cidade cognitiva que pensa, intui e sente. Forma a cultura, social e política consolidando a inteligência coletiva que as cidades conseguem alcançar (FERRÃO, 2003).

A abertura da cidade reflete o potencial de criatividade e inovação que cada aglomeração urbana possui. Para isso, depende de uma paisagem integrada dos sítios e das redes. Onde a democracia está materializada e integra o espaço com o espírito social.

A cidade é o local de excelência de interação social e revelação política, como Seixas (2006, p.189) bem transcreve “Um anfiteatro privilegiado para a convergência – e para a divergência – de uma miríade de diferentes actores, diferentes entendimentos, diferentes visões e críticas”. É sobre essa relação que os adjetivos criatividade e cultura podem torná-la diferenciada. Quando nesse espaço urbano se viabilizam os meios locais a atuarem conjuntamente para uma ressignificação social e coletiva do território. Em geral, como coloca Hall (2014) essas cidades são lugares de grande turbulência social e intelectual, não são lugares confortáveis.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar a cidade é articular o futuro por meio da união de ações para realizá-lo. Dessa forma, repensar as estruturas urbanas leva a refletir sobre os desafios da reconstrução dos espaços urbanos afetados pela configuração estabelecidas pelo modelo de acumulação da economia de mercado que configurou espaços urbanos degradados não planejados. Concebidos para atender critérios de produção capitalista.

O desenvolvimento urbano, então, passa a ter o desafio de contrapor essa trajetória configurando um desenho urbano inspirado no conhecimento. As respostas surgem acompanhadas pelo movimento dos indivíduos que buscam por meio de políticas públicas, com base na sustentabilidade e criatividade, os recursos para alterar a atual trajetória do declínio urbano.

O aspecto da criatividade, por exemplo, que é uma adjetivação popular para as cidades, compreende-se numa matriz de multidimensionalidades estratégicas para o desenvolvimento do território. Pois, a identidade do lugar tem peculiaridades que disseminam a criatividade e a inovação a partir das particularidades extraídas do espaço. Não faltam exemplos de como a cultura como identidade vem sendo empregada como recurso, podem-se empregar os museus, os festivais, música, dança, fotografia. Enfim, as categorias e o modelo de apropriação pelos lugares são ousados e disseminam-se de forma massificada. Não seria gratuito as iniciativas dos principais órgãos multilaterais como Unesco e Unctad em produzir estatísticas e reproduzir critérios e padrões para que sejam seguidos enquanto modelo de desenvolvimento local.

Nessa linha, pensa-se que a cidade como recorte de um território podendo ser inclusive criativo deve ser concebida sob a ótica de Santos (1999), ou seja, numa lógica do espaço construído para atender as particularidades do território. E, não para a lógica da competição e padronização do território pensada para a competição global que tanto cria montanhas em planícies tão diversas da nossa geografia.

Repensar a diversidade dos padrões de urbanização, por exemplo, são iniciativas importantes. Pois, a revalorização e revitalização de áreas degradadas, num contexto em que, cresce a segregação urbana, permite que se reduzam as desigualdades sociais na escala do espaço.

Articular a relação entre cidade criativa e desenvolvimento urbano é ponderar a ideia de criatividade articulada a particularidades locais. De modo, que não recaia nos padrões de processos de inovação estabelecidos por territórios desenvolvidos, que com suas particularidades e resguardada a escala da temporalidade alcançaram avanços significativos na esfera do conhecimento, cultura e inovação em período diverso das economias em desenvolvimento.

Nesse sentido, o propósito da cultura e da criatividade deve romper com a dependência no contexto do desenvolvimento, especialmente, no que tange ao modo e processo como a cidade e sua urbanização se constituem e consolidam.

### Referências

CASTELLS, Manuel. A questão urbana. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2000.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade. São Paulo: FFLCH, 2007, 123p.

- FERREIRA, A. E MARQUES, S. Privado e público: inovação espacial ou social? *Scripta Nova. Revista Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona*. Nº 69 (20), 1 de agosto de 2000. Capturado em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn-69-20.htm>.
- GOTTDIENER, Mark. A produção social do espaço urbano. São Paulo: EDUSP, 1993.
- HALL, Peter. *Creative Cities and Economic Development. Urban Studies*, vol. 37. N. 4, 639-649, 2000.
- HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Ed. Annablume, 200
- LANDRY, Charles. Origens e Futuros da Cidade Criativa. São Paulo: Sesi-SP editora, 2013.
- LEFEBVRE, Henri. A Revolução Urbana. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1999.
- LENCIONI, Sandra. Observações sobre o conceito de cidade e urbano. In: GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, n.24, pp.109-123, 2008.
- MIGUEZ, Paulo. Economia Criativa: uma discussão preliminar. Texto para discussão: 2011. Disponível em: [https://www.academia.edu/1548290/Economia\\_criativa\\_uma\\_discussopreliminar](https://www.academia.edu/1548290/Economia_criativa_uma_discussopreliminar)
- PNUD. *Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo. 2014. Informe sobre la economía creativa. Edición Especial*, Unesco 2013. Disponível em: <http://www.unesco.org/culture/pdf/creative-economy-report-2013.pdf>
- POCHMANN, Marcio. Reconquistar a cidade: o conhecimento como estratégia das mudanças. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2012
- O'CONNOR, Justin. *The cultural and creative industries: a literature review. Brisbane Australia: Queensland University of Technology, 2010. Capturado: http://www.creativitycultureeducation.org/data/files/cce-lit-review-creative-cultural\_industries-257.pdf*
- OLIVA, Jaime Tadeu. A cidade como ator social. In: CARLOS, Ana Fran Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges. Dilemas Urbanos: Novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003.
- REIS, A.C.F. Economia Criativa Como Estratégia de Desenvolvimento: Uma Visão dos Países em Desenvolvimento. São Paulo: Itaú Cultural.
- SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SEIXAS, João. *A cidade na encruzilhada: repensar a cidade e sua política*. Edições Afrontamento, 2013.
- THROSBY, David. *Economía y Cultura*. Reino Unido: Cambridge University Press, 2001.
- TRINDADE JR, Saint Clair Cordeiro da. Agentes, Redes e territorialidades urbanas. In: Revista Território, nº5, jul/dez, 1998, p.31-51.
- VIVANT, E. O que é uma Cidade Criativa? São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2012.

\* Recebido em: 10.10.2017. Aprovado em: 04.11.2017.

FABIANE FROIS B WEILER

Bacharel em Ciências Econômicas. Doutoranda em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul/RS. Mestre em Integração Latino-Americana pela Universidade Federal de Santa Maria/RS, pesquisadora na área de concentração Planejamento Urbano e Regional com ênfase nas linhas de pesquisa Desenvolvimento Regional, Economia da cultura, economia criativa, Desenvolvimento Urbano.